

A cada ano aproximadamente **600 mil pessoas** são diagnosticadas com câncer no Brasil. Conhecer, prevenir e diagnosticar precocemente são atitudes importantes para superar a doença.

Combater o câncer é uma causa da humanidade.

Seu progresso é fruto do esforço de profissionais e instituições no mundo inteiro que, comprometidos com esse movimento, dedicam suas vidas a criar melhores condições para enfrentar esse desafio.

O Cancer Center é uma importante evolução no combate ao câncer, uma abordagem integrada. Há 64 anos somos especialistas em oncologia; um centro de referência internacional.

Em 2016 avançamos na estruturação do modelo de **tratamento integrado**, para a melhor e mais efetiva conduta terapêutica, adequada às necessidades de cada paciente. Essa **prática assistencial multidisciplinar, embasada em evidência científica**, promove qualidade, segurança e melhor experiência.

Recebemos mais de **133 mil pacientes** e os procedimentos realizados foram:



O paciente em primeiro lugar.

Cuidar é um de nossos valores essenciais. Os **índices de satisfação** atribuídos pelos pacientes atingiram:



Buscamos promissoras **inovações terapêuticas** que ampliem a qualidade do atendimento e a segurança dos pacientes:

Biópsia líquida

Análise molecular feita numa coleta de sangue periférico, que é capaz de identificar fragmentos de DNA de tumores na corrente sanguínea, já é uma realidade.

Imunoterapia

Promove a estimulação do sistema imunológico para combater os tumores, está avançando como alternativa de tratamento com grande sucesso.

Radioterapia intraoperatória

Permite combinar os dois procedimentos para alguns casos de câncer de mama em estágios iniciais, tornando mais breve o tratamento.

Cirurgias robóticas

São mais precisas e menos invasivas, elas estão acessíveis a diversas áreas e tumores. Foram realizados 495 procedimentos em 2016.

Os **Tumor Boards**, discussões multidisciplinares de casos por especialistas de diversas áreas médicas, definem a conduta mais adequada a cada paciente e os protocolos institucionais de tratamento.

Em 2016, mais de 500 casos foram analisados nesses fóruns integrados.

As práticas institucionais clínicas, de pesquisa e de ensino do Cancer Center passaram a ser direcionadas e supervisionadas pelo Comitê Médico-Científico Institucional, composto pelos representantes das lideranças médicas e científicas. Promovemos ainda maior integração e aprimoramento do modelo de gestão e governança das práticas assistenciais.

Otimizar os recursos disponíveis, melhorar sempre a qualidade, possibilitar o acesso a mais pacientes e praticar maior eficiência operacional são objetivos estratégicos da instituição.

Ampliamos as fronteiras do conhecimento sobre o câncer.

Da biologia tumoral a terapias inovadoras para diferentes tipos de tumores, a pesquisa torna possível novas terapias que contribuem para atingir melhores índices na qualidade de vida dos pacientes.



Concluímos o planejamento estratégico das áreas de Ensino e **Pesquisa** da Instituição. Recebemos a primeira visita do *Scientific Advisory Board*, comitê de cientistas internacionais, que pode reconhecer o nosso relevante trabalho científico, definir diretrizes e contribuir para a evolução de nossas práticas.

Nossos especialistas contribuíram para a elaboração do Projeto OncoRede, coordenado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Seu objetivo é promover e difundir os melhores e mais eficientes modelos de cuidado ao paciente com câncer, consolidado no livro "Projeto OncoRede".

Dra. Raquel M. Bussolotti - Responsável técnica - CRM - SP 77005

O **Ensino da oncologia** e dos protocolos de assistência embasados por evidência científica habilitam centenas de novos especialistas, mestres e doutores a cada ano. Assim levamos a outras instituições referências de práticas efetivas e adequadas a cada paciente.

Em 2016 foram formados:

89 alunos em Residência Médica e Multiprofissional

Nossa Pós-graduação *stricto sensu* graduou:

23 mestres **16** doutores

A Escola de Patologia Oncológica Avançada Humberto Torloni (EPOAHT) realizou eventos científicos durante o ano, com a presença de renomados palestrantes nacionais e internacionais:



Somos fonte de referência em oncologia, por meio da disseminação de conhecimento sobre câncer para os mais diversos públicos.

Nesse ano participamos de aproximadamente **3 mil reportagens**; nas redes sociais temos mais de **300 mil seguidores**. As transmissões de palestras sobre prevenção do câncer **Facebook Live - Conectados com a Saúde** foram uma inovação na comunicação de informações sobre oncologia para leigos, atingindo mais de **1,5 milhão de pessoas**. Ao longo do ano realizamos diversas campanhas de conscientização sobre o tema, com destaque para "Dia Mundial do Câncer", "Dia Nacional de Combate ao Fumo", "Outubro Rosa" e "Novembro Azul".

A cura do câncer nos inspira, promove confiança e otimismo.

Implantamos a gestão estratégica de pessoas e do corpo clínico para acelerarmos o desenvolvimento e reconhecimento dos profissionais.



Iniciamos profunda transformação no modelo operacional, com o redesenho dos processos assistenciais, para maior integração e eficiência. Nossa gestão operacional evoluiu e se desenvolve para ampliar sua atuação e responsabilidade e integração com o corpo clínico.

O cenário macroeconômico e de mudanças políticas pressiona ainda mais os agentes para a transformação do Sistema de Saúde. Exige maior eficiência e custo-efetividade, melhor qualidade e aplicação dos recursos, e soluções para sua sustentabilidade. O A.C. Camargo Cancer Center reforçou seu compromisso com esses objetivos.

Em 2016 a receita líquida atingiu **R\$ 1,3 bilhão**, crescimento de **16,5%** em relação ao ano anterior. A margem **EBITDA foi de R\$ 286 milhões**.

Investimentos para melhor infraestrutura e uso dos espaços foram planejados e ampliados, bem como tem havido adoção crescente do uso de tecnologia da informação, ciclos das cadeias de suprimentos, financeiros e comerciais. Nossa estrutura de custos e programas estratégicos têm respondido à estratégia de consolidação do modelo Cancer Center, e garantia de sua execução.

A cada dia buscamos a excelência **como modelo em ciência e saúde, reconhecido entre os grandes centros internacionais**. Somos capazes de crescer como instituição competitiva, moderna, com maior eficiência operacional e flexibilidade para os desafios do Sistema da Saúde e para vencer o câncer.

A evolução do modelo integrado do **Cancer Center** e os avanços que temos conquistado somente são possíveis graças à confiança dos pacientes e da sociedade depositada em nosso trabalho. E, importante, também ao compromisso de nossos profissionais, cientistas e do corpo clínico, ao apoio de nossos parceiros, ao direcionamento dos membros da Diretoria Estatutária e do Conselho Curador. Agradecemos a todos por mais um ano de realizações.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco Patrimonial - 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais)

	Nota	2016	2015	Nota	2016	2015
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa		1.453	29.852		9.770	14.061
Aplicações financeiras	4	386.578	290.468	11	100.543	85.778
Contas a receber de clientes	5	226.528	182.162	12	52.508	44.734
Direitos de prestação de serviços	6	22.125	35.879	13	19.429	10.501
Estoques	7	34.021	26.914		182.250	155.074
Adiantamentos diversos		5.831	5.147			
Despesas antecipadas		2.891	3.933			
Outras contas a receber		546	735			
		679.973	575.090		61.754	66.221
Não circulante						
Fundo de reserva estratégica de LP	4	827.127	541.563			
Outros ativos		7.335	102			
Propriedade para investimento	8	7.579	6.172			
Imobilizado	9	467.447	452.796			
Intangível		4.713	1.866			
		1.314.201	1.002.499		1.286.067	986.518
Total do ativo		1.994.174	1.577.589		1.750.170	1.356.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais)

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Imóveis recebidos em doações	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	758.027	55.725	19.213	109	228.491	1.061.565
Realização da reserva de reavaliação (Nota 9)	-	(1.423)	-	-	1.423	-
Aumento de patrimônio social por incorporação de superávit acumulado	228.491	-	-	-	(228.491)	-
Superávit do exercício	-	-	-	-	294.729	294.729
Saldos em 31 de dezembro de 2015	986.518	54.302	19.213	109	296.152	1.356.294
Realização da reserva de reavaliação (Nota 9)	-	(1.424)	-	-	1.424	-
Aumento de patrimônio social por incorporação de superávit acumulado	296.152	-	-	-	(296.152)	-
Aumento de patrimônio social por incorporação de superávit do exercício	3.397	-	-	-	-	3.397
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.286.067	52.878	19.213	109	391.903	1.750.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional
A Fundação Antonio Prudente (Fundação), com sede na Rua Professor Antonio Prudente nº 211, na cidade de São Paulo - SP, mantenedora do A.C. Camargo Cancer Center, sucessora por transformação da APCC (Associação Paulista de Combate ao Câncer), tem como objetivos principais a prestação de serviços de saúde nos campos hospitalar, científico, técnico, sócio assistencial e diagnóstico para o tratamento e o combate ao câncer. Considerada de utilidade pública federal, estadual e municipal pelos Decretos nº 52.643, de 10 de outubro de 1963, nº 9.950, de 6 de julho de 1977 e nº 14.350, de 15 de fevereiro de 1977, respectivamente registrada no Conselho Nacional do Serviço Social sob nº 115.444/57 de 2 de abril de 1958, registrada no Serviço Social do Estado de São Paulo sob nº 653, registrada na Coordenadoria de Assistência Hospitalar sob nº 121, incorporada à Campanha Nacional contra o Câncer pelo Decreto nº 5.889 de 19 de outubro de 1943, Instituição Complementar da Universidade de São Paulo pelo Decreto nº 39.375, de 21 de novembro de 1961, filiada à União Internacional Contra o Câncer, com sede e foro na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, Brasil, à Rua Professor Antonio Prudente, nº 211, constituída sob forma de Sociedade sem Fins Lucrativos.

2. Base de preparação
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R) - "Entidade sem Finalidade de Lucros". A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Estatutária da Fundação em 10 de março de 2017. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (a) Propriedades para investimentos mensurados pelo valor justo; e (b) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar, exceto quando indicado de outra forma. Os saldos de estoques e fornecedores do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram ajustados para apresentar a compensação de estoques consignados para melhor apresentação em comparação ao balanço patrimonial de 2016. Adicionalmente, foi efetuada a reclassificação entre curto e longo prazo de "Outras contas a pagar" daquele exercício, relativas aos projetos PRONON e PRONAS para refletir a expectativa de realização dos projetos. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. Determinados saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reclassificados entre linhas para melhor apresentação em comparação com o fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9), provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota Explicativa nº 5), provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 14), a mensuração do valor de propriedades para investimento (Nota Explicativa nº 8) e a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 23).

3. Principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Fundação pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários e a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **b) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Fundação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Fundação não possui em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge. **c) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa que foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente é efetuado com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Fundação não registrou o ajuste a valor presente em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras. **d) Direito de prestação de serviço:** A conta de "Direito de prestação de serviços" refere-se a valores de serviços já prestados junto a operadores de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio registrado de acordo com o regime de competência. **e) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos na Fundação. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliados com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Fundação possui procedimento periódico para análise do custo e valor realizável líquido dos estoques. **f)**

Propriedade para investimentos: São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados à renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação ou doação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Fundação passa a avaliar o ativo pelo seu valor justo pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado desse ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são alocados no superávit do exercício que forem identificados. Se enquadrar nessa rubrica somente os imóveis recebidos em doação, os quais são destinados para locação. **g) Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado do exercício. O software comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. **Custos subsequentes:** Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Fundação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As taxas médias estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Beneficentários em imóveis de terceiros	20,00%
Edificações	2,81%
Equipamentos de informática	19,87%
Equipamentos hospitalares	10,11%
Imóveis recebidos em doação	3,80%
Móveis e utensílios	10,00%
Softwares	20,00%
Veículos	20,00%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Doações:** Os ativos imobilizados recebidos em doação são mensurados ao valor justo e são reconhecidos no resultado do exercício quando existe evidência convincente de que todas as obrigações em contrapartida à doação foram cumpridas pela Fundação e os riscos e benefícios mais significativos se realizaram. Enquanto as obrigações não são cumpridas, as doações não são reconhecidas no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado. **h) Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização à taxa de 20% ao ano. **i) Redução ao valor recuperável: i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: - Inadimplência ou atrasos do devedor; - Reestruturação de um valor devido à Fundação em condições não consideradas em condições normais; - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou - Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **ii) Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os valores de ativos intangíveis sem vida útil definida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, entretanto, a Administração da Fundação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação, que não os estoques e propriedade para investimento, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **j) Benefícios a empregados:** Dentre os benefícios oferecidos pela Fundação não existe nenhum que atenda às condições necessárias estabelecidas no CPC 33 (R1) que nos indique necessidade de se constituir uma provisão, bem como não possui nenhum benefício pós-emprego que possa gerar uma obrigação futura. **k) Ativos arrendados:** A Fundação somente possui arrendamentos mercantis operacionais pelos quais não assume os riscos inerentes e benefícios inerentes à propriedade e, portanto, não são reconhecidos no balanço patrimonial. **l) Provisões passivas circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Fundação possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **m) Receitas da prestação de serviços:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que: os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação dos serviços se realizaram, por provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Fundação, os custos associados e a possível glosa do serviço possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as prestações de serviços são reconhecidas. **n) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamentos. Custos dos financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **o) Receitas com trabalhos voluntários:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Fundação a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação registrou o montante de R\$1.881 referente a trabalhos voluntários, sendo R\$1.574 de integrantes da Administração (R\$1.896 em 2015, sendo R\$1.400 da Administração). **p) Demonstração de valor adicionado:** A Fundação elaborou Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras e representam informação financeira adicional. **q) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor:** A Fundação adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações e orientações aplicáveis emitidos pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. Foram aprovadas e emitidas as seguintes normas pelo IASB, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Fundação. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo: **i) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente):** A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que o registro foi realizado com a devida apresentação, assim como o efetivamente foram realizadas com a vida direito na operação. A Fundação encontra-se em fase inicial da adoção do CPC 47 no que se refere à identificação dos efeitos mais relevantes da norma. Identificação de eventuais mudanças nos sistemas informatizados, estabelecimento de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesse novo normativo. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras não haviam sido identificadas quaisquer efeitos materiais que requeiram qualquer divulgação adicional. **ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros):** A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas			
Atividade hospitalar	17	1.235.688	1.072.963
Atividade de ensino	17	9.348	7.918
Atividade de pesquisa		556	441
Doações recebidas		28.325	10.771
Trabalho voluntário		1.881	1.896
Outras receitas operacionais	19	23.259	21.221
		1.299.055	1.115.211
Aplicações em gratuidade			
Gratuidade hospitalar	15	(1.252)	(1.689)
Gratuidade em ensino	15	(8.743)	(7.631)
Custos			
Atividade hospitalar	18	(852.348)	(738.908)
Atividade de ensino		(4.130)	(4.655)
Atividade de pesquisa		(20.881)	(18.933)
Superávit bruto		411.721	343.333
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	20	(131.140)	(115.685)
Depreciação e amortização		(4.111)	(3.652)
Trabalho voluntário		(1.881)	(1.896)
Outras despesas operacionais	21	(12.861)	(10.609)
		(149.993)	(131.842)

Superávit operacional antes do resultado financeiro 261.728 211.492
Resultado financeiro líquido 128.751 83.237
Superávit do exercício 390.479 294.729
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais)

	2016	2015
Superávit do exercício	390.479	294.729
Resultado abrangente	390.479	294.729
Resultado abrangente total	390.479	294.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	390.479	294.729
Ajustes por		
Depreciação e amortização	23.865	20.389
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.111	21.355
Provisão para desvalorização em estoques	(206)	343
Juros sobre financiamentos	3.076	6.118
Doação de imóveis	(3.128)	(413)
Resultado na venda de ativos imobilizados	(2.242)	1.239
Constituição de provisões para demandas judiciais	7.753	432
Ganho na atualização do valor justo das propriedades para investimento	(4.229)	-
	423.479	344.192
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	(50.475)	(47.170)
Direitos de prestação de serviços	13.754	3.488
Outras contas a receber, adiantamentos	(502)	6.021
Estoques	(7.107)	(7.364)
Despesas antecipadas	1.042	(2.107)
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores e outras contas a pagar	16.852	4.977
Salários, encargos e férias a pagar	7.774	9.500
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	404.817	311.537
Demandas judiciais pagas	(897)	(1.060)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(36.598)	(37.021)
Aplicações financeiras e Fundo de Reserva Estratégica LP	(381.674)	(246.784)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(418.272)	(283.805)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações	-	5.565
Pagamento do principal	(9.621)	(9.386)
Pagamento dos juros	(4.426)	(5.706)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(14.047)	(9.527)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(28.399)	17.145
No início do exercício	29.852	12.707
No fim do exercício	1.453	29.852

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais)

	2016	2015
Receitas		
Receitas de atividade hospitalar	1.234.456	1.071.274
Outras receitas	52.743	33.215
Receitas relativas à construção de ativos próprios	10.289	22.795
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.111)	(21.355)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(473.556)	(419.369)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(133.927)	(117.339)
Provisão para perdas em estoque e imobilizado	(1.461)	343
Valor adicionado bruto	682.433	569.564
Depreciação e amortização	(24.402)	(20.389)
Valor adicionado líquido produzido pela Instituição	658.031	549.175
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	133.804	89.531
	133.804	89.531
Valor adicionado total a distribuir	791.835	638.706
Distribuição do valor adicionado		
Passivo e encargos	279.843	242.168
Remuneração direta	211.808	183.584
Benefícios	50.715	43.701
FGTS	17.322	14.883
Impostos, taxas e contribuições	1.405	1.405
Estaduais	54	28
Municipais	1.351	1.377
Custeio procedimentos SUS	103.669	84.281
Custeio procedimentos SUS	103.	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais)

dades relacionadas à construção estiverem sendo executadas.

	2016	2015
Passivo circulante		
BNDES - Banco Itaú	9.770	14.061
Não circulante		
BNDES - Banco Itaú	30.723	35.205
Total	40.493	49.266

BNDES - Banco Itaú: Em 2 de janeiro de 2012, foi captado o montante de R\$23.970, o qual foi liquidado em 59 parcelas mensais, com quitação em 15 de novembro de 2016, para realização de reformas, aquisição de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e ampliação da capacidade de atendimento do Hospital. Sua atualização monetária é com base na TJLP para construção civil e instalação com os encargos financeiros contratados de 2,89% ao ano. Essa operação possui garantias que estão apoiadas em recebíveis, amparados em Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Creditórios em Garantia. Em 2013 foi firmado novo contrato com BNDES que está dividido em subcréditos, para realização de reformas, aquisição de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e ampliação da capacidade de atendimento do Hospital. Essa operação possui garantias que estão apoiadas em recebíveis, amparados em Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Vinculação de Direitos Creditórios em Garantia. Os subcréditos foram captados da seguinte forma: - Em 14 de maio de 2013, foi captado o montante de R\$14.664, relativo ao subcrédito A, o qual será liquidado em 108 parcelas, com vencimento em 15 de outubro de 2023, sua atualização monetária é com base na TJLP para construção civil e instalação com os encargos financeiros contratados de 2,29% ao ano. - Em 24 de setembro de 2013, foi captado o montante de R\$17.735, relativo aos subcréditos C e D, os quais serão liquidados em nove parcelas anuais, com vencimento, ambos, em 15 de maio de 2023. Sua atualização monetária é com base na TJLP para construção civil e instalação com os encargos financeiros contratados de 3,89% ao ano. - Em 9 de outubro de 2013, foi captado o montante de R\$7.265, relativo ao subcrédito B, o qual será liquidado em 108 parcelas, com vencimento em 15 de outubro de 2023, sua atualização monetária é com base na TJLP para construção civil e instalação com os encargos financeiros contratados de 2,29% ao ano. - Em 27 de outubro de 2015, foi captado o montante de R\$4.724, relativo aos subcréditos A e B, o qual será liquidado em 96 parcelas, com vencimento em 15 de outubro de 2023, com atualização monetária com base na TJLP para construção civil e instalação com os encargos financeiros contratados de 2,29% ao ano. - Em 27 de novembro de 2015, foi captado o montante de R\$584, relativo ao subcrédito D, o qual será liquidado em 95 parcelas, com vencimento em 15 de outubro de 2023, com atualização monetária com base na TJLP para construção civil e instalação com os encargos financeiros contratados de 2,29% ao ano.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

2018	5.726
2019	5.104
2020	5.104
2021	5.104
2022	5.104
2023	4.581
Total	30.723

As operações possuem cláusula de *covenants*, atrelados a indicadores financeiros e não financeiros anuais, tendo sido avaliada pela Fundação e constatado que estes foram atendidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Covenants

	Contratuais	2016	2015
Dívida líquida/EBITDA	<1,8	(1,17)	(1,12)
Dívida bancária/patrimônio líquido	<1,0	0,02	0,04
EBITDA/despesa financeira bruta	>2,0	58,55	38,32

11. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores nacionais	75.757	63.297
Fornecedores empresas médicas	24.439	21.077
Fornecedores contratos	331	304
Fornecedores estrangeiros	16	1100
Total	100.543	85.778

12. Salários, encargos e férias a pagar

	2016	2015
Salários a pagar	23.826	20.483
Provisão de férias e encargos	21.379	18.363
Encargos sociais a pagar	7.303	5.888
Total	52.508	44.734

13. Outras contas a pagar

	2016	2015
Programas PRONON/PRONAS (a)	30.007	28.370
Subvenções federais, estaduais e municipais	6.961	7.236
Impostos sobre serviços de terceiros	1.558	1.434
Outros valores a pagar	2.431	1.831
Total	40.957	38.871
Curto prazo	19.429	10.501
Longo prazo	21.528	28.370

(a) Programas PRONON/PRONAS - Captação em 2014 de recursos dos Programas PRONON e PRONAS, com os objetivos de criação e implantação de um Centro Regional de Ensino em Câncer sediado no A. C. Camargo Cancer Center, para educação permanente e formação de recursos humanos de nível superior de profissionais de saúde que atuam diretamente nas áreas de Anatomia Patológica, Estomatologia e Radioterapia; Banco de Tumores para Pesquisa em Tratamento, Prevenção e Diagnóstico Precoce, além de Programa de Reabilitação do Paciente em Tratamento ou Tratado por Câncer. Em 2016 não houve a captação de recursos para novos programas.

14. Provisão para demandas judiciais

A Fundação é parte (polo passivo) em ações de demandas judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, fez análise das demandas judiciais pendentes e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2016			2015		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Passivo líquido	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Passivo líquido
Trabalhistas	8.822	(384)	8.438	4.156	(1.743)	2.413
Cíveis	1.065	-	1.065	233	-	233
Tributária	2.443	(2.443)	-	2.443	(2.443)	-
Total	12.330	(2.827)	9.503	6.832	(4.186)	2.646

As movimentações na provisão para demandas judiciais nos exercícios de 2016 e 2015 são apresentadas a seguir:

	2015		2016	
	Saldo inicial	Constituição de provisão e baixa depósitos judiciais	Realização	Saldo final
Trabalhistas	4.156	5.522	(856)	8.822
Cíveis	233	872	(41)	1.064
Tributárias:				
Estadual	2.355	-	-	2.355
Federal	88	-	-	88
Total	2.443	-	-	2.443
Depósitos judiciais	(4.186)	1.359	-	(2.827)
Total	2.646	7.753	(897)	9.503

	2014		2015	
	Saldo inicial	Constituição de provisão	Realização	Saldo final
Trabalhistas	4.372	267	(483)	4.156
Cíveis	68	165	-	233
Tributárias:				
Estadual	2.355	-	-	2.355
Federal	88	-	-	88
Total	2.443	-	-	2.443
Depósitos judiciais	(3.609)	-	(577)	(4.186)
Total	3.274	432	(1.060)	2.646

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível em R\$8.069 (R\$6.624 em 2015), contemplando causas possíveis para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização na forma de provisão. Em razão da relevância do tema, a Administração esclarece que está classificada como chance de perda possível pelos assessores jurídicos. Ação Popular que visa à declaração de inconstitucionalidade do artigo 37 da Medida Provisória nº 446/2008, que considerou deferido automaticamente todos os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social protocolizados e pendentes de julgamento por parte do CNAS até a data de publicação da mencionada Medida Provisória, referente ao triênio de 2007 a 2009. Atualmente o processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, tendo sido proferido acórdão de parcial provimento à ação. Os depósitos judiciais estão apresentados deduzindo os valores das demandas em função das práticas contábeis permitindo que ativos e passivos financeiros sejam compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somado quando, a sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de

realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os depósitos judiciais da Fundação e suas provisões atendem aos requisitos legais permitindo, assim, sua compensação. **Processos de natureza trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação figurava como parte em 275 processos trabalhistas (164 processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2015). Os principais temas abordados nesses processos versam sobre horas extras; adicionais de insalubridade; equiparação salarial; verbas rescisórias, dentre outros. O montante total discutido era de R\$8.822 em 2016 (R\$4.156 em 2015) com probabilidade de perda provável. A provisão foi constituída com base em informações históricas representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$1.064 (R\$233 em 2015). A provisão foi constituída com base em informações históricas representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável. **Processos de natureza cível:** Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação figurava como parte, em processos judiciais que versavam sobre matéria cível, avaliados pelos assessores jurídicos, como sendo de risco provável, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$1.064 (R\$233 em 2015). A provisão foi constituída com base em informações históricas representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável. **Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação figurava como parte em processos judiciais e administrativos que versavam sobre matéria tributária, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável no valor de R\$2.443 (R\$2.443 em 2015). As contingências tributárias referem-se, principalmente, à discussão relativa à cobrança de ICMS sobre energia elétrica.

15. Filantropia: a) Atendimento ao SUS (Sistema Único de Saúde)
Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS em 60%, fixado pelo artigo 4º, inciso II, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, com as alterações da Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/2010 até a entrada em vigor da nova regulamentação trazida pelo Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e no que se refere à área da saúde, também pela Portaria nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, o número total de atendimentos nos exercícios estão assim representados:

	2016	2015
Atendimentos totais	3.822.912	3.671.254
Atendimento SUS	2.506.799	2.263.288
% de atendimento ao SUS	60,3%	61,6%

O percentual conclusivo obtido no atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) no exercício de 2016 foi de 60,3% (61,6% em 2015), estando acima do limite mínimo de 60% conforme estabelecido pela legislação. Somente no setor ambulatorial, em 2016 a Fundação realizou 2.299.326 atendimentos aos usuários do SUS (60,6%) contra 1.493.886 atendimentos para usuários não SUS (39,4%) em 2015. 2.255.875 atendimentos SUS (61,9%) contra 1.386.706 atendimentos não SUS (38,1%). De acordo com o artigo 38 da Portaria DCEBAS/SAS/MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011, a Instituição possui a obrigatoriedade de cumprir o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) de serviços prestados ao SUS, tendo como base de cálculo, os serviços prestados pela área preponderante, ou seja, ambulatorial. A Fundação ofertou a prestação de serviços ao SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, efetuada pelo responsável legal da entidade ao gestor local do SUS, protocolada junto a Secretaria de Saúde do Município de São Paulo. A Fundação em 2016 registrou o montante de R\$1.232 (R\$1.689 em 2015) a título de serviços de saúde prestados de forma gratuita. A Fundação realizou 5.377 atendimentos ao SUS, acima do teto contratual. Ainda, registrou o montante de R\$8.743 (R\$7.631 em 2015) a título de gratuidade em ensino, referente às bolsas de estudo *stricto sensu*, as quais beneficiaram cerca de 282 alunos. No exercício de 2016, a Fundação faturou ao SUS o montante de R\$51.635 (R\$50.875 em 2015), com estimativa de custo de R\$155.304 (R\$135.157 em 2015), tendo subsidiado o valor de R\$103.669 (R\$84.281 em 2015). A Instituição é imune a impostos de acordo com o artigo 150, inciso VI, "c" da Constituição Federal do Brasil em razão de cumprir os requisitos legais. **Cumprimento de metas SUS:** De acordo com a Lei nº 12.101/2009, com a nova redação dada ao artigo 4º da Lei nº 12.868, de 2013, não há mais a obrigatoriedade de se obter a declaração de cumprimento de metas quantitativas e qualitativas, para fins de instrução do processo de renovação CEBAS-SAUDE. No entanto, a Fundação se manteve contratualizada com o gestor local (Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo), cumprindo as metas acordadas para atendimento ambulatorial e de internação hospitalar, estabelecidos nos termos do convênio nº 042/SMS.G/2013, com vigência de 60 (sessenta) meses, a partir de 9 de dezembro de 2013. **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** A Fundação obteve a renovação do seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social com validade até 31 de dezembro de 2016. Conforme previsto no artigo 8º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando que a Fundação protocolou tempestivamente o pedido de renovação do referido certificado em 26/06/2012 (SIPAR 25000-108447/2012-07) para o triênio 2013, 2014 e 2015, este serve como prova legal de certificação para todos os fins legais. Também, tempestivamente protocolou o pedido de renovação do CEBAS para o triênio 2016, 2017 e 2018 sob nº SIPAR 25000 173001/2015-98 em 22 de outubro de 2015. **Renúncia fiscal.** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (RI) - entidade sem finalidade de lucros, a Fundação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal. Para isso, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas. A Fundação não possui a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Incidentes sobre a receita (ISS 2% sobre receita hospitalar e 5% sobre receita de ensino, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo). Incidentes sobre o superávit do exercício (IRP) e CSSL 34%). Os valores relacionados às isenções usufruídas de INSS referente à cota patronal em 2016 foram de R\$57.325 (R\$42.339 em 2015). **c) Aspectos societários:** Por definição estatutária e decisão do Conselho Curador, a Fundação manteve a regra de não remuneração do Conselho Curador e da Diretoria Estatutária, bem como seus dirigentes estatutários, que não perceberam remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, incluindo destinação de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. A Fundação manteve regularmente sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, como principal atividade a área da saúde, assim como aplicou suas rendas, seus recursos e o superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Também manteve a certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A Fundação continua mantendo escrituração contábil regular e registra receitas, despesas e aplicação de recursos em gratuidade de forma segregada por atividade, assistencial e ensino, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade. Também mantém em boa ordem e à disposição da Secretaria da Receita Federal do Brasil, pelo prazo mínimo de 10 anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações que impliquem modificação da situação patrimonial, assim como cumpre as obrigações acessórias estabelecidas pela legislação tributária e filantropia. Apresenta, anualmente, todas as suas declarações, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal de acordo com as suas características. Recolhe regularmente os tributos retidos sobre os rendimentos por ela pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumpre as obrigações acessórias daí decorrentes. Consigna em seu estatuto a destinação de seu patrimônio à outra instituição pública ou entidade congênera, em caso de encerramento de suas atividades. Os atendimentos foram realizados na Instituição, ao seu público-alvo, sem qualquer discriminação ou preconceito de clientela, quer seja por religião, etnia, sexo, condição social, gênero, idade ou qualquer outra característica. Todas as informações estiveram e estão disponíveis a qualquer momento para checagem das autoridades legais, fiscais, agentes públicos investidos e auditores. **d) Remuneração da Administração:** O Estatuto da Fundação define como pessoas-chave da Administração os membros do Conselho Curador e da Diretoria Estatutária e, também, veda a remuneração a essas pessoas-chave. Dessa forma, a Fundação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

16. Patrimônio líquido
Representa o patrimônio inicial da Fundação, acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doação de imóveis. A Fundação, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será destinado a uma instituição pública ou a uma entidade congênera, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, mediante deliberação por maioria absoluta de votos do Conselho Curador, em sua derradeira reunião, referendada pelo órgão competente do Ministério Público. Igual destino terá o patrimônio, em caso de extinção compulsória, nos termos da legislação em vigor, nos termos do artigo 31 do estatuto da Fundação. **Reserva de reavaliação:** Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra superávits acumulados. A Fundação, baseada na CPC 13 - Adição Inicial da Lei nº 11.638/07, parágrafo nº 38, optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

17. Receita operacional

	2016	2015
Abaixo apresentados a conciliação entre a receita bruta e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.		
Atividade hospitalar	2016	2015
Convênios	1.178.368	1.020.931
Glosas	(25.779)	(21.223)
Cancelamentos	(2.146)	(5.983)
Descontos	(885)	(592)
	1.149.558	993.133
Particulares	40.187	42.428
Cancelamentos	(2.386)	(5.142)
Descontos e abatimentos	(3.209)	(8.236)
	34.592	29.505
SUS (Sistema Único de Saúde)	51.635	50.875
Cancelamentos	(97)	(95)
	51.538	50.780
Total Receita com atividade hospitalar	1.235.688	1.072.963
Atividade de ensino		
Ensino	9.348	7.918
Total Receita com atividade de ensino	9.348	7.918

18. Custos atividade hospitalar

	2016	2015
Serviços médicos	(218.459)	(188.838)
Medicamentos	(184.857)	(156.053)
Materiais	(158.053)	(143.652)
Pessoal e encargos	(195.624)	(170.517)
Serviços de terceiros	(35.435)	(30.907)
Consumo	(27.965)	(22.125)
Outros	(31.955)	(26.818)
Total	(852.348)	(738.908)

19. Outras receitas operacionais

	2016	2015
Incentivo SUS (a)	12.449	9.911
Créditos NF Paulista - pesquisa	863	1.735
Receitas com aluguel de imóveis	596	1.163
Receita Pronon	1.736	1.094
Receita com venda de imobilizado	862	829
Recuperação processo civil	6.753	5.876
Receitas diversas (b)	23.255	21.271
Total	23.525	21.826

(a) Valores contratualizados junto à Secretaria Municipal de Saúde para cobertura de procedimentos de média complexidade. (b) Em 2015, refere-se principalmente à reversão de provisão de perda contábil registrada com SUS. Em 2016, foi registrado o ganho na variação do valor justo das propriedades para investimento de R\$4.229.

20. Despesas administrativas e gerais

	2016	2015
Pessoal e encargos sociais	(70.995)	(60.607)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	(6.059)	(2.355)
Serviços de terceiros	(28.549)	(17.198)
Despesas com marketing	(7.727)	(4.901)
Consumo e utilidades	(5.097)	(5.864)
Despesas com provisão para contingências	(6.394)	(4.632)
Outras despesas	(6.319)	(5.328)
Total	(131.140)	(115.685)

21. Outras despesas operacionais

	2016	2015
Despesas com restaurante/lanchonete/estacionamento	(2.755)	(3.655)
Custo da venda imobilizado	(2.116)	(2.077)
Perdas com operação SUS	(5.498)	(1.357)
IPTU Imóveis FAP	(296)	(524)
Outras despesas (a)	(2.196)	(3.198)
Total	(12.861)	(10.609)

(a) Em 2015, refere-se principalmente a ajustes de provisões não recorrentes de despesas de financiamento BNDES; enquanto para 2016, ao registro de baixa de depósitos judiciais não recuperáveis.

22. Resultado financeiro líquido

	2016	2015
Receitas financeiras		
Receitas sobre aplicações financeiras	130.969	88.137
Juros e descontos obtidos	1.833	451
Variação cambial (a)	555	966
Variações monetárias	447	(23)
Total	133.804	89.531

Despesas financeiras

Juros	(3.320)	(4.259)
Variação cambial (a)	(1.081)	(834)
Variações monetárias	(309)	(757)
Outras	(343)	(444)
	(5.053)	(6.294)
Total	(128.751)	(83.257)